



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638718 - SP (2021/0001849-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : LUCAS MATHEUS MOLINA
ADVOGADO : LUCAS MATHEUS MOLINA - SP329364
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO MARCOS MARTINS MATHIAS (PRESO)
OUTRO NOME : JOÃO MARCOS MARTINS MATIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOÃO MARCOS MARTINS MATHIAS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0057496-75.2016.8.26.0050).

O paciente foi condenado às penas de 10 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 38 dias-multa, no valor unitário mínimo, pela prática dos crimes de roubo majorado em duas oportunidades e corrupção de menores.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que o paciente teria sido "condenado com base em elementos inidôneos no que se refere ao reconhecimento da autoria delitiva" (fl. 17), uma vez que a vítima teria afirmado reconhecer a tatuagem na região torácica do réu, o que o réu não possui. Afirma que, não obstante tenha feito tal alegação ao longo do processo, não foi ela apreciada. Diz que inexistente fundamentação válida para a condenação e que esta não pode ser baseada exclusivamente em elementos do inquérito.

Requer, liminarmente, seja o paciente colocado em liberdade. No mérito, pugna pela absolvição do reeducando, com fundamento no art. 386, V e VII, c/c os arts. 156 e 155, *caput*, todos do CPP, com a consequente atualização da folha de antecedentes, "para que passe a constar a absolvição dos referidos fatos, com a remoção dos efeitos secundários da condenação" (fl. 19).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A verificação da negativa de autoria demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser

dirimida no trâmite da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus*.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente